

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-LICENCIATURA**

**JOVANNA CRISTINA GOMES ANTUNES DA SILVA**

**TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE/MS  
2025**

JOVANNA CRISTINA GOMES ANTUNES DA SILVA

**TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para conclusão do curso  
de Licenciatura em História da Faculdade de  
Ciências Humanas da Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilza Pôrto Gonçalves

CAMPO GRANDE/MS  
2025

## RESUMO

Esta pesquisa é um estudo de caso, que analisa as vivências e trajetórias de três professoras negras na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), a professora Thaize de Souza Reis (42). Também da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), a professora Vivina Dias Sól Queiróz (64). E da Faculdade de Educação (FAED), a professora Eugenia Portela de Siqueira Marques (61). O objetivo é apresentar a atuação dessas docentes enquanto profissionais em uma sociedade excludente, machista e racista. Reconhecendo que as questões de raça, gênero e classe no Brasil são heranças deixadas de longos períodos de escravidão e exclusão. A pesquisa visa identificar os processos educacionais vividos por essa população ao longo da História. Portanto, é feito um panorama histórico da educação da mulher negra a partir do século XX até o aumento de ingresso nos cursos superiores no século XXI. A metodologia utilizada é a História Oral, que se baseia em entrevistas com três mulheres negras, e utiliza a análise de conteúdo para interpretar as narrativas coletadas. Os resultados indicam que o sucesso acadêmico é fruto de um projeto familiar estratégico e que a presença dessas docentes atua como um desafio direto às representações hegemônicas, embora a transformação ainda não seja em larga escala. Conclui-se que o conceito de lugar de fala deve ser ampliado para legitimar não apenas a denúncia, mas também as narrativas de conquistas, sendo a atuação dessas professoras uma resistência ativa e um modelo para a luta antirracista na academia.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Docência; Educação; História; Racismo; História Oral.

## **ABSTRACT**

This research is a Case of Study analyzing the lived experiences and trajectories of three Black women professors at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). From the “Faculdade de Ciências Humanas (FACH)”, professor Thaize de Souza Reis (42). Also from “Faculdade de Ciências Humanas (FACH)”, professor Vivina Dias Sól Queiróz (64). And from Faculdade de Educação (FAED), professor Eugenia Portela de Siqueira Marques (61). The purpose is to examine the professional role of these educators within an exclusionary, sexist, and racist society. Recognizing that issues of race, gender, and class in Brazil are legacies of long periods of slavery and exclusion. This study try to identify the educational processes experienced by this population throughout history. Therefore, it provides a historical background of Black women's education from the 20th century to their progress into college education in the 21st century. The methodology employs Oral History, based on semi-structured interviews, utilizing content analysis to interpret the collected narratives. The results indicate that academic success stems from a strategic family project and that the presence of these educators acts as a direct challenge to hegemonic representations, although the overall transformation is not yet large-scale. It is concluded that the concept of place of speech should be broadened to legitimize not only denunciation but also narratives of achievement, positioning these professors work as active resistance and a model for the anti-racist struggle in the academy.

Keywords: Black Women; Teaching; Education; History; Racism; Oral History.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO DA MULHER NEGRA NO SÉCULO XX</b>	<b>8</b>
2.1 <i>Como era a educação dos negros no Brasil do século XIX</i>	9
2.2 <i>Como era a educação da mulher negra no Brasil do século XX</i>	10
2.3 <i>Exemplos de mulheres negras na educação ao longo dos séculos XIX e XX</i>	12
<b>3. MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>14</b>
3.1 <i>O ingresso de mulheres negras no ensino superior a partir dos anos de 1990</i>	15
3.2 <i>Dados de mulheres negras no ensino superior no século XXI</i>	17
3.3 <i>Trajetórias de sucesso de mulheres negras brasileiras na academia</i>	21
<b>4. PROFESSORAS NEGRAS DA UFMS: UM ESTUDO DE CASO</b>	<b>23</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A minha posição como mulher branca, que reflete e estuda sobre as vivências de mulheres negras e sobre o racismo, me exige o reconhecimento do meu próprio lugar de fala. Este é um lugar de quem foi e continua sendo beneficiado por uma estrutura que privilegia a branquitude. Dessa forma, a minha fala jamais será equivalente à das professoras entrevistadas. Portanto, o meu papel nesta pesquisa não foi de falar por elas, mas sim de escutar e mostrar o protagonismo de suas trajetórias, que será contada por mim através delas. Também como, meu dever é encontrar formas, por meio desta pesquisa, de evitar o racismo e me tornar cada vez mais uma pessoa anti-racista (Ribeiro, 2017).

Esta pesquisa tem o objetivo de discorrer e apresentar as trajetórias acadêmicas das mulheres negras no ensino superior brasileiro. Ao longo da história do Brasil, o acesso ao ensino superior sempre foi restrito, sendo a principal barreira o fato de pertencer às elites brancas. As mulheres negras, tendo o marcador racial e de gênero, sofrem uma dupla pressão nesse ambiente, enfrentando barreiras ao ingressar e permanecer na universidade. Isso acontece devido ao que afirma Beatriz Nascimento (1974), de que o racismo na sociedade brasileira está em sua estrutura, atingindo todas as relações: sociais, gênero, institucional, os costumes, etc. Portanto, é fato que há uma exclusão histórica das mulheres nas instituições formais, e é criada novas formas de privilegiar a elite branca e manter a exclusão do negro nesses ambientes.

A partir do século XIX, a mulher branca passou a ter acesso a empregos formais e às universidades. Enquanto a maioria das mulheres negras permaneceu excluída: trabalhando como doméstica, operária e cuidando da casa e família de mulheres brancas (Nascimento, 2010). Nos dias de hoje, há uma certa representatividade da mulher negra nas universidades, seja como aluna, professoras ou ocupando lugares de prestígio e poder no meio acadêmico. Mesmo com esse número aumentando, a presença de mulheres negras nas universidades ainda é muito escassa, pois esse grupo enfrenta questões de gênero, raça e, muitas vezes, de classe. Por isso, os impasses e barreiras para acessar o ensino superior são consideravelmente maiores. Isso gera a falta de ingresso na universidade ou a não permanência dentro do curso, o que leva a uma menor formação e consequentemente, empregos marginalizados e menores salários.

Ao longo dos capítulos serão discutidas ideias, conceitos e reflexões sobre as mulheres negras e sua educação ao longo das décadas. Visando entender as bases dessa educação através de impasses e preconceitos que as excluíram da educação básica, secundária e

superior por séculos. Irão ser tratados o contexto histórico e social que marcou o acesso da população negra, especialmente das mulheres negras, à educação no Brasil. Começando com um breve panorama de como foi as primeiras formas de educação do negro desde o período colonial e indo até o século XX. Ainda nesse primeiro momento, será feita a análise desses desafios no acesso à educação durante o século XX. Apresentando como o contexto central o impasse que marginaliza as meninas e mulheres do século XX, limitando seu acesso e permanência na educação básica e, posteriormente, na educação superior. Destacando os movimentos e avanços das mulheres na luta por direitos educacionais ao longo do século. Também serão apresentadas neste trabalho trajetórias de mulheres que, apesar desses impasses e barreiras para ter uma educação, alcançaram os estudos e o ensino superior ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo realizações que marcaram a história brasileira.

Após esse primeiro momento, iremos analisar como se deu o ingresso de mulheres negras no ensino superior a partir dos anos 1990. Quando os movimentos feministas negros crescem e passam a exigir políticas afirmativas que garantissem a inclusão nos cursos superiores. Discutiremos a importância da resistência e permanência na produção do conhecimento nos meios acadêmicos. E para correlacionar: exclusão, preconceito racial e de gênero com a falta de mulheres nas universidades brasileiras, também serão analisadas estatísticas e dados que comprovam a desigualdade entre brancos e negros no meio educacional. E para finalizar os tópicos de contextualização da educação da mulher negra ao longo dos séculos XX e XXI, serão apresentadas trajetórias acadêmicas de sucesso de mulheres da história que são intelectuais nos campos da educação e relações raciais.

E como fechamento da pesquisa, o último capítulo trará o estudo de caso que investiga as trajetórias de três professoras negras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Compreendendo suas trajetórias de vida, principalmente no âmbito educacional. Foram entrevistadas: da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), a professora Thaize de Souza Reis, Doutora em Psicologia, Mestre em Educação Especial e Graduada em Psicologia, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Hoje, ela atua como professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e seus campos de atuação são a psicologia escolar e educacional, psicologia e relações étnico-raciais. Também da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), a professora Vivina Dias Sól Queiróz, Doutora e Mestre em Educação e graduada em Estudos Sociais, História e Pedagogia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — e teve sua primeira formação no magistério — Atualmente ela atua como professora associada IV e Pró Reitora de Cidadania e Sustentabilidade na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Seu campo de atuação é a educação, aprendizagem, ensino,

gestão e formação de professores. E da Faculdade de Educação (FAED), a professora Eugenia Portela de Siqueira Marques, que tem Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorado em educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada em Letras, Pedagogia e Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atualmente, é docente e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Também atua como Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UFMS). Seu campo de atuação é na educação, com ênfase em políticas de educação superior e políticas afirmativas na graduação e na pós-graduação, educação para as relações étnico-raciais, identidade negra e comissões de heteroidentificação.

As entrevistas foram feitas a partir de um questionário de perguntas respondido por elas ao longo da conversa, a pesquisa busca compreender como foram os estudos dessas professoras desde primeira infância até a entrada como professoras na UFMS, destacando suas conquistas, feitos, opiniões, apoio familiar, impasses, desafios e racismo sofrido em sua vida acadêmica e profissional. Essa busca pela memória de vida das professoras contribui para preservação da história, registro, fonte de pesquisas, análise de vivências em comum ou as que diferem e também como fonte de denúncia para que a história se perpetue e não seja apagada.

O objetivo geral deste estudo é analisar as trajetórias dessas mulheres na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mas para isso, iremos começar com os objetivos específicos que vão identificar os principais desafios enfrentados por elas na sociedade. E através disso, compreender os problemas enraizados na sociedade brasileira, como as heranças deixadas pelo período de escravidão, a hegemonia, o sexismo, o racismo estrutural, velado e institucional que traz diversas barreiras sociais, econômicas e educacional para esse grupo. Da mesma forma como será possível entender os mecanismos de resistência, luta e representatividade. A metodologia utilizada neste trabalho é a história oral, usando entrevistas e depoimentos de docentes negras atuantes na UFMS. Dessa forma, registrando o seu passado para o conhecimento histórico por meio de memórias e experiências. Assim, será possível usar essa metodologia para escrever a história de baixo para cima, recuperando a experiências e vivências. A história oral é uma metodologia que permite democratizar a prática da história através da memória, ela possibilita voz e reconhecimento de quem teve sua história apagada ou silenciada, se tratando dessa pesquisa: mulheres negras (Tedeschi, 2014).

O trabalho está dividido em três tópicos: o primeiro traz um recorte de como era a educação da população negra, no Brasil, antes do século XX. Como era a educação da mulher

a partir do século XX. E alguns exemplos de mulheres negras que tiveram sua história marcada pela educação e fizeram grandes contribuições para o ensino, pesquisa e história brasileira. O segundo capítulo discute sua luta pela inclusão nos cursos superiores, os dados e estatísticas da educação da mulher negra ao longo das décadas. Também aborda as trajetórias de professoras e pesquisadoras negras que lecionam na educação superior e trabalham no meio acadêmico. E o terceiro é o estudo de caso com professoras da UFMS.

## **2. A EDUCAÇÃO DA MULHER NEGRA NO SÉCULO XX**

As heranças do período colonial deixaram marcas até os dias atuais, marcas essas que atingem principalmente as mulheres negras. A estrutura social dessa época em questão estabelecia uma rígida hierarquia patriarcal e racial, em que a mulher negra ocupava a posição mais inferior. Dentro dessa hierarquia, a mulher branca era designada ao papel de esposa, mãe e dona de casa, vivendo protegida e amparada pelo marido e sem a necessidade de vender sua força de trabalho. Já a mulher negra era escravizada, sendo submetida a diversas funções: nos campos e engenhos, produzia alimentos, atendia aos senhores e suas famílias e ainda era forçada a se tornar reprodutora de novos escravizados, mantendo o sistema escravista por meio do crescimento vegetativo (Gonzalez, 1979).

Essas funções atribuídas à mulher negra no período de vigência da escravidão ainda refletem nos espaços que ela ocupa na sociedade contemporânea. A sociedade continua definindo lugares a partir de critérios raciais e de gênero, com o homem branco no topo da hierarquia e o negro em posições subalternizadas. Fazendo com que o grupo branco seja sempre o privilegiado da exploração da população negra. Como afirma Beatriz Nascimento (1976, 2010), a mulher negra dentro dessa estrutura de exploração, tem a questão de gênero e raça, onde a sociedade racista e machista as mantém em condições precárias, pois historicamente são sempre inseridas em funções domésticas, industriais ou no meio rural.

### *2.1 Como era a educação dos negros no Brasil do século XIX*

Para entendermos como era a educação da mulher negra no século XX, é preciso saber o que levou aos primeiros passos da mulher para a educação e entender como era o contexto da educação antes do século XX, já que “[...] não há luta pelo futuro sem memória do passado” (Lowy, 2005, pg. 109). O Brasil foi marcado por políticas de desigualdades desde a formação da sociedade brasileira. O colonialismo, os golpes políticos, a concentração de

terras nas mãos de latifundiários, o domínio de oligarquias e elites no poder são características que têm dificultado o pleno desenvolvimento da democracia no país. Essas estruturas de poder, combinadas com o racismo estrutural, são herança de séculos de violência e opressão contra a população negra. Resultando em profundas desigualdades sociais e econômicas que persistem até hoje. E na educação isso não foi diferente, o ensino tem marcas excludentes e elitistas.

O ensino no Brasil começou com os padres jesuítas, enquanto famílias ricas mandavam seus filhos às universidades na Europa para estudarem direito, medicina ou engenharia. As primeiras instituições de ensino superior do país nasceram já no século XIX, com a chegada da corte portuguesa. A necessidade veio após o crescimento de atividades comerciais e a demanda por uma formação. Essas universidades eram voltadas apenas para os homens da elite. Santos e Moreira (2017), destacam que as mulheres brancas tiveram o direito de ingressar nas universidades brasileiras em 1879, através do direito concebido pela corte, mas ganharam mais espaço mais para o início do século XX. Os homens negros, escravizados ou libertos, eram impedidos de receber escolarização por leis do século XIX. Porém, Fonseca (2007), argumenta que, no século XIX e no pós-abolição, em algumas regiões, era permitido a educação escolar para pessoas negras libertas ou crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre. Essas aulas ocorriam no período da noite e serviam para manter a ordem, a moral e a civilidade, já que essa população era vista como bárbara e imoral.

Porém, nesse período de vigência da escravidão, as tentativas de escolarização da população negra não foram para frente. No pós-abolição, o ideal seria o governo inserir a população negra na sociedade e na educação, o que não aconteceu. Nisso, os problemas na educação dos negros e pardos persistiram no pós-abolição e se estende. Já as mulheres negras, escravizadas ou libertas, do período colonial estavam na base da pirâmide social, não eram vistas e enfrentavam todos os obstáculos: violências, exclusão e desigualdade (Silva; Machado, 2019).

Aos poucos, a população negra ganhou espaço na educação, após muitos movimentos, uma vez que a educação era “[...] uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de combater o preconceito” (Pinto, 1993, p. 238). Eles se uniram nessa luta, que buscava o reconhecimento como cidadãos em todos os setores da sociedade, principalmente na educação, que era um dos fatores de maior desigualdade racial. Existia “[...] um sistema que, privilegiando o branco, fazia da realidade do negro um grande desafio. Entre eles, o ter que educar-se para superar as marcas e os

estigmas de seu passado [...]” (Gusmão, 1997, p. 55). Foi nesse contexto que nasceram os primeiros jornais, imprensa e associações compostas por homens e mulheres negras, no início do século XX. Essas associações defendiam a educação como forma de emancipação (Domingues, 2008).

## *2.2 Como era a educação da mulher negra no Brasil do século XX*

A escola pública para famílias que não eram da elite se iniciou no Estado Novo (1937-1945). Durante o século XX, houve a tentativa de democratizar o ensino para todos, como reforçava a Constituição de 1946, foi quando “[...] mulheres/meninas negras tiveram acesso à escola pública elementar a partir do período de vigência do Fundo Nacional do Ensino Primário...” (Almeida; Alves, 2011. pg. 89). Mesmo que, nessa época, a mentalidade da sociedade era de que a mulher branca pertencia ao lar e a cuidar dos filhos, e a mulher negra pertencia a um papel mais marginalizado ainda: de empregada doméstica, ama de leite e satisfazer ao homem branco. Mas no século XX, o Estado viu a necessidade de educar a mulher para dar lugar à modernidade que chegava (Mendonça; Ribeiro, 2010).

Entre a década de 1930 até meados de 1940, eram evidentes nas escolas as desigualdades de gênero, racial e social que atingiam principalmente as meninas negras. Elas se tornaram as primeiras gerações de mulheres de suas famílias, incluindo avós, mães e tias, a ter acesso à educação formal. Essas escolas, voltadas para a população mais carente, eram as únicas que a população negra marginalizada conseguia frequentar. Mas, essa estrutura educacional propagava o pensamento de que negros eram inferiores, reforçando a teoria do darwinismo social. Essa teoria, por sua vez, utilizava sistemas de classificação criados no século anterior para justificar a inferioridade de grupos não brancos. Um exemplo é o Sistema Classificatório presente no livro *Systema Naturae* (1735), de Carl von Linné, que incluía uma classificação de "variedades" humanas. Tal classificação foi usada posteriormente para justificar o racismo. A adaptação dessas teorias biológicas por pensadores e políticos nos séculos XIX e início do XX consolidou um discurso político-ideológico europeu, que retratava o negro como um ser irracional e impassível. E, por conta da crença nessas teorias para justificar o preconceito, algumas escolas proibiam a matrícula de negros. Entretanto, surgiram em São Paulo, escolas específicas, chamadas na época de escolas para a “população de cor”. Foram criadas pela própria população e professores negros. Essas escolas não prosperaram devido à falta de recursos, professores e apoio do Estado. No entanto, mais tarde,

com a formação de um maior número de professores negros, essas escolas se consolidaram (Domingues, 2016).

Nesse período, as escolas públicas eram lugares que valorizavam a cultura e o fenótipo brancos e disseminavam o pensamento racista, inclusive em seu currículo de disciplinas. Almeida e Alves (2011), em sua pesquisa com mulheres que nasceram e viveram nas primeiras décadas do século XX, trazem uma análise da vida escolar de mulheres negras que só fizeram o ensino primário e não conseguiram passar para a próxima etapa, ou não permaneceram na escola. Trazendo como uma das consequências para isso, o ambiente hostil para meninas e meninos negros na educação. Revelando que no início do século XX, o problema das crianças negras não frequentarem ou abandonarem a escola estava além da falta de escolas públicas, mas estava no imaginário social de inferioridade à essa população, não era uma consequência econômica ou política, mas um racismo estrutural, que criticava sua cor, beleza, cabelo, aparência, cultura, religião e linguagem.

De acordo com a pesquisa de Lélia Gonzalez (1979), o Censo de 1950 traz relação da educação e atividade econômica da mulher negra. Nesses dados é possível observar que o nível educacional é baixo, predominando o analfabetismo e as mulheres chegam no máximo ao segundo ano primário ou fundamental. Mesmo com os investimentos e a política educacional das décadas após 1930, que buscou levar o ensino para camadas mais pobres, muitas dessas meninas, que eram as primeiras em suas famílias a frequentar a escola, abandonaram os estudos para trabalhar como empregadas domésticas, devido à pobreza e à marginalização. Lélia Gonzalez (1979), afirma que para essa população a sobrevivência era a prioridade. Por isso, o trabalho se sobrepunha à educação, e as crianças não frequentavam a escola pois precisavam ajudar no sustento da família. Então, se o esforço para permanecer na escola no ensino primário já representava uma trajetória árdua, marcada por desafios e sacrifícios, no ensino secundário, que não tinha os mesmos investimentos do governo, a continuidade dos estudos tornava-se praticamente impossível. Tendo em mente que as escolas secundárias ficavam apenas nos centros urbanos, com poucas instituições e vagas, e eram voltadas para um pequeno grupo (Almeida; Alves, 2011).

Durante a década de 1930, depois da educação primária, as mulheres brancas letradas, tiveram acesso às oportunidades de emprego de menor responsabilidade e salário que de um homem branco. Por conta da urbanização e a escassez nas atividades rurais, essas mulheres passaram a ingressar com mais frequência no mercado de trabalho, pois os homens não conseguiam mais ser os únicos provedores de uma família inteira. Elas ocupavam os empregos burocráticos de menor escala e remuneração (Gonzalez, 1979).

E por que a mulher negra permaneceu em atividades de operárias ou domésticas? A autora Lélia Gonzalez (1979) explica que, primeiramente, havia de ter alguém para fazer o serviço de casa, cuidar do marido e dos filhos da mulher branca, e a mulher negra foi a encarregada desse trabalho. Em segundo lugar, a mesma não podia ter as mesmas oportunidades de emprego que uma mulher branca, pois para ocupar cargos melhores era necessário um nível de escolaridade que era mais difícil para uma mulher negra ter acesso. E por último, porque exigia-se “boa aparência”, então a negra era logo descartada por não ser considerada apresentável. Também é citado pela a autora o fato de que, muitas vezes, a mulher negra tinha o estudo necessário para o cargo, e até estava em nível de estudo maior do que a mulher branca, porém mesmo que uma pessoa negra apresente capacidade suficiente, ela sempre será rejeitada, principalmente se o resultado for para favorecer um competidor branco.

### *2.3 Exemplos de mulheres negras na educação ao longo dos séculos XIX e XX*

Já no século XX, um exemplo importante da trajetória de mulheres negras na educação é Antonieta de Barros, que foi alfabetizada aos cinco anos, concluiu os estudos sendo a primeira da família a completar o ciclo escolar. Em 1922, aos 21 anos, fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado à alfabetização. Dirigiu essa formação até sua morte, em 1952. Desde o início, enfrentou diversos desafios e preconceitos raciais, de classe e de gênero. Seu objetivo de ser professora foi alcançado, sendo considerada uma das melhores educadoras de seu tempo, especialmente na educação de jovens catarinenses. Além da carreira no magistério, atuou como escritora e jornalista, fundando jornais e periódicos onde escrevia sobre política, o papel da mulher e o preconceito racial. Na década de 1930, trocou correspondências com a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF), grupo elitista que lutava pelo direito ao voto feminino. Esse contato foi comprovado por meio de cartas trocadas com Bertha Lutz, líder do movimento sufragista. Antonieta de Barros também foi a primeira deputada estadual negra do Brasil, a primeira mulher deputada no Parlamento Catarinense e a primeira representante feminina negra no Poder Legislativo da América Latina (Romão, 2021).

Também merecem destaque as mulheres negras que participaram da educação no século XX, dentro da Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade criada na década de 1930 que servia para a união de pessoas negras. Um de seus princípios era a educação como forma de erradicação do racismo, ascensão social do indivíduo e integração na sociedade. Domingues (2008) afirma que as lideranças da instituição entendiam que o ensino era o que

proporcionava cultura, profissão e entendimento político à população negra, que foi historicamente excluída desses saberes. Ou seja, “[...] o acesso à ‘instrução’ seria um pré-requisito básico para solucionar os problemas do negro na sociedade brasileira” (Domingues, 2008, p. 357).

A participação da mulher negra nessa entidade, a princípio, era voltada para ensinamentos relacionados aos afazeres domésticos. Mas, a partir de 1934, as mulheres passaram a assumir papéis de liderança dentro da FNB. Domingues (2008) apresenta diversas demandas existentes, o que levou à criação de projetos voltados para as áreas jurídica-social, saúde, imprensa, publicidade, arte, música, esportes e educação — todos com forte presença de mulheres negras. A Cruzada Feminina, por exemplo, instruía mulheres negras a atuarem em departamentos de assistência, diferenciando-se do trabalho doméstico tradicional. A Cruzada também levava qualidade para a educação, promovendo a entrega de materiais e uniformes aos alunos. Esse projeto tornou-se mais robusto com a cooperação do Estado, que nomeou professoras para lecionar nas escolas da FNB, como Francisca de Andrade e Aracy Ribeiro de Oliveira. Outras professoras negras faziam parte do corpo docente e atuavam em campanhas voltadas para a melhoria da educação. Domingues (2008), destaca algumas fretenegrinas: a professora senhorinha Ruth Sampaio de Aguiar, diretora de duas escolas e de uma instituição de alfabetização para meninas e meninos; e a “senhorita” Durvalina de Lima, professora de uma escola da FNB.

Ademais, entre essas pioneiras, destaca-se também Maria de Lourdes do Vale Nascimento, uma intelectual cuja trajetória exemplifica a força e a determinação das mulheres negras na busca por justiça e igualdade. Considerada a primeira assistente social — mesmo sem registros confirmando sua formação acadêmica —, escreveu e fundou jornais e periódicos que tratavam do racismo e da defesa dos direitos das mulheres negras. Em 1949, participou do Congresso Nacional de Mulheres Negras, e, em 1950, fundou o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Esse conselho, inicialmente liderado por Maria de Lourdes, foi um dos responsáveis pelo pontapé inicial do feminismo negro brasileiro, que se consolidaria apenas no final da década de 1970. Esse movimento inicial reivindicava melhores condições de trabalho para mulheres negras, que em sua maioria atuavam como empregadas domésticas (Gonçalves, 2024).

### **3. MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR**

O acesso de mulheres brancas no ensino superior foi permitido em 1879, porém as restrições sociais e culturais continuaram durante esse período e por décadas depois. Havia exclusões e preconceito de vários tipos, um deles foi através da grande repressão da sociedade para com mulheres que buscavam estudar e não se mantinham no padrão casamento, casa e filhos. Também era comum a hostilidade dentro das salas de aula e na profissão. Havia também a separação dos espaços, para que homens e mulheres não estudassem no mesmo ambiente. Logo, para as mulheres negras, que eram reduzidas a afazeres braçais e satisfação do homem branco, sobravam condições subalternas. Enquanto as primeiras mulheres brancas se formavam no final do século XIX, apenas em 1926, Maria Rita de Andrade se tornaria a primeira mulher negra a ser bacharel em direito no Brasil (Ribeiro; Vieira, 2023).

Santos e Moreira (2017), reforçam a dificuldade que há em encontrar na literatura relatos ou documentos que apresentem o ingresso de mulheres negras nas universidades. Assim como Almeida e Alves (2011) apontam, que não foi possível encontrar os registros e documentos escolares das mulheres entrevistadas em suas pesquisas, uma vez que esses dados não eram ou não foram armazenados na época. Dessa forma, em seus estudos, utilizaram apenas os relatos da história oral contados pelas mulheres negras entrevistadas. Como denuncia a autora Sueli Carneiro (2019, 1985), de que há um apagamento e um descaso na pesquisa das estatísticas das condições de vida, trabalho e estudo dos negros em um recorte de um período da história, principalmente das mulheres negras. Esse apagamento e a falta de dados oficiais faz parte de um sistema que visa invisibilizar e apagar a história do negro no histórico nacional.

### *3.1 O ingresso de mulheres negras no ensino superior a partir dos anos de 1990*

A sociedade contemporânea têm novas formas de exclusão para preservar os privilégios de grupos dominantes, além dos que já vieram das marcas deixadas pelo período de escravidão. Então, o acesso à educação, e principalmente à educação superior é fundamental para empregos importantes e boa remuneração, mas esse caminho foi (e ainda é) muito mais difícil para mulheres negras devido às barreiras estruturais. Portanto, a trajetória das mulheres negras na sociedade brasileira evidencia como o passado escravocrata e o racismo estrutural ainda moldam as possibilidades de inserção social, educacional e profissional desse grupo, reproduzindo desigualdades que persistem até hoje (Nascimento, 1976, 2010).

Entre as décadas de 1940 e 1970, a mulher branca passou a ter maior interesse e acesso à universidade e, assim, se aproximou mais do homem branco em termos de igualdade educacional e profissional. No final de 1970, e toda a década de 1980, através dos movimentos feministas compostos em sua maioria por mulheres brancas, surgem reivindicações universitárias de mulheres que buscavam a legitimação dos estudos sobre e para a mulher, para que sua história fosse de domínio de todos. Dessa maneira, foi criada organizações e grupos para esses estudos, também como, congressos para troca entre professoras, alunas e pesquisadoras. Elas lutavam para suas pesquisas serem lidas e ouvidas, para que os seus feitos fossem reconhecidos, uma vez que, os feitos históricos se concentravam nas ações de homens brancos. Enquanto a participação das mulheres era apagada ou omitida, mas esse cenário começou a mudar a partir da década de 1960, com a nova história cultural e com o surgimento do movimento feminista (Burke, 2005).

Enquanto as mulheres brancas começavam a ter acesso mais popularmente aos cursos superiores e a empregos de níveis mais burocráticos, a mulher negra continuou à margem desse processo. Ao longo do século XX, uma parte delas estavam trabalhando em serviços manuais, domésticos e sendo exploradas, pois o movimento feminista do início do século até os anos 90, gerou mais benefícios para mulheres brancas. As mulheres negras ficavam mais à mercê de trabalhos manuais e pesados. Além de ter a carga de trabalho duplicada, porque tinham que conciliar as tarefas domésticas de suas casas com os afazeres das casas das patroas. Tendo jornadas exaustivas que levavam até a madrugada, realidade ainda vista até hoje (Gonzalez, 1979).

As mulheres negras eram rejeitadas em todas as oportunidades da sociedade e não tinham espaço no mercado de trabalho. Elas continuavam a trabalhar como mucama, ama-de-leite e até acompanhando homens para fins sexuais, pois “Para as mulheres negras, [...], reserva-se a condição de ‘burro de carga’: ‘Preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar’” (Carneiro, 2002; 2019. p. 141). Porém, a partir da década de 1980, a mulher negra brasileira ganha destaque na mobilização política para uma melhor condição de vida, já que se encontrava em uma categoria abaixo de qualquer outra da sociedade, pois estava resignada a discriminação de classe, raça e gênero. Ela passou a lutar pelo fim dos estereótipos que as excluía, para serem incluídas na sociedade e pelo fim das desigualdades entre mulheres brancas e negras. A partir desse momento, passa a ver que lutar politicamente contra o racismo torna-se uma prioridade entre as mulheres negras, que tomaram uma consciência de opressão que veio pelo fator racial (Carneiro, 2002, 2019).

Uma entidade que gerou a oportunidade para as primeiras mulheres negras ingressarem no ensino superior foi a Frente Negra brasileira, uma vez que a mesma se baseia na ascensão social por meio da formação, pois um de seus principais princípios era a educação. E, como já visto, a partir de 1934, a escola da Frente Negra incluiu professoras negras no ensino primário em seu corpo docente através de nomeações da Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo (Domingues, 2008). Mas foi a partir de 1980 e 1990, com os movimentos negros e feministas, que a questão das políticas públicas e afirmativas passaram a serem mais exigidas para a inclusão da população negra nos cursos superiores. Então, o contato da mulher negra e o meio acadêmico pode ser visto com mais intensidade e com mais representatividade nos anos 2000, como afirma Gomes, Silva e Brito:

A partir dos anos 2000, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de crítica ao modelo de política educacional adotado que não considerava as desigualdades raciais como parte das desigualdades escolares. As ações afirmativas como caminho possível para a diminuição dessa situação, levando a mudanças internas na estrutura do Estado, avançaram como ponto de concordância entre as diferentes organizações do movimento negro e, aos poucos, as entidades se unem no reconhecimento da urgência de implementação das cotas raciais como uma modalidade de ação afirmativa para a correção das desigualdades raciais, a curto e médio prazos, no ensino superior (GOMES; SILVA; BRITO, 2021)

Porém, mesmo com as reivindicações, as mulheres negras da década de 1990 encontravam barreiras econômicas, sociais e institucionais que dificultaram a permanência de muitas no ensino superior. Esse fato pode ser associado ao racismo institucional que Lopes e Gonçalves (2022) discutem, que se baseia nas ações institucionais que fortalecem as barreiras e desvantagens associados unicamente ao fator racial, mantendo a hegemonia. Trazendo o racismo em forma de “[...] privação de direitos e tratamento diferenciado, resultando em prejuízos para populações negras, indígenas e quilombolas (Lopes; Gonçalves. 2022, p. 7-8)”. As dificuldades enfrentadas na permanência em universidades também pode ser associada à hegemonia e supremacia branca dentro das instituições de ensino superior. Em sua obra *Teoria feminista: das margens ao centro* (1984, 2019), bell hooks, afirma que o patriarcado capitalista com supremacia branca é um sistema de opressões que colocam as mulheres negras em um lugar de marginalizadas, onde só se tem corpo mas não intelecto. À elas é negado o conhecimento intelectual pois são reduzidas a estereótipos de servidão, sendo vistas como “mãe-preta” e pratica-se a sexualização de seus corpos. O lugar que esse sistema impõe para elas as impedem de ter vantagens no meio acadêmico, e conseqüentemente as barreiras enfrentadas serão maiores que de outras pessoas.

Seguindo o mesmo pensamento, Lélia Gonzalez (1983) aponta que é imposto às mulheres negras uma desqualificação, que não as pertence, mas que as afeta no âmbito social

e principalmente no intelectual. Por isso, a permanência e resistência nos meios acadêmicos, de estudo e pesquisa é uma forma de romper historicamente com exclusões de gênero, sociais, intelectuais e de classe. Essa resistência às estruturas de opressão é feita na sala de aula, de acordo com hooks (1994, 2013), o ambiente de produção de conhecimento se torna um espaço de liberdade, principalmente para as mulheres negras, que ao longo da história usam a educação como forma de emancipação. Ao ocupar esses espaços estão resistindo, mas também construindo novos saberes através do ato político que é sua presença.

### *3.2 Dados de mulheres negras no ensino superior no século XXI*

Conforme aponta Gomes (1994), o meio educacional não é neutro, ele tem o viés discriminatório presente na sociedade brasileira, ainda que seja contraditório com o que é pregado. Em sua pesquisa, Sueli Carneiro (1985, 2019), traz os dados do censo do IBGE de 1980. A pesquisa mostra que 50% das mulheres negras brasileiras, nesse período, não tinham nem um ano de estudos, revelando que nessa década metade das negras eram praticamente analfabetas no Brasil. Na mesma pesquisa, partindo para o âmbito da educação superior, as mulheres negras eram menos de 1%, enquanto as mulheres brancas eram em torno de 4%. Esses dados mostram a barreira estrutural que as mulheres negras enfrentam na educação e que reflete nos dados recentes que é um índice constantemente baixo e com pouca representatividade desse grupo.

Analisando os últimos dados que saíram sobre a educação do negro no Brasil, o Censo Escolar de 2023 apresenta que, na educação básica, alunos declarados pretos e pardos são mais da metade de matriculados. Sendo 51,7% na educação infantil e 55,1% no ensino fundamental - anos iniciais e finais. A educação infantil e ensino fundamental são um direito da criança e não dos pais. Mas esse número é consideravelmente grande por conta da garantia desse direito ou por uma questão de raça e classe? As mulheres negras são desproporcionalmente as mais afetadas pela pobreza e pela informalidade, e a necessidade de ter os filhos na creche e escola se torna ainda mais urgente para a sua sobrevivência econômica. Por muitas vezes não ter rede de apoio a creche se torna não apenas sobre a educação da criança, mas também sobre a emancipação da mulher. É a principal via para que as mães possam estudar, trabalhar e ter uma vida além da maternidade (Censo Escolar, 2023).

Na Educação para Jovens e Adultos (EJA), a porcentagem é de 74.9%, um número alto levando a constatação de que a desistência nesse grupo é muito maior, fazendo com que voltem posteriormente para terminar os estudos por meio do supletivo. E também mostra a

busca por conciliar estudos e trabalho, optantes pelo EJA para uma jornada à noite (Censo Escolar, 2023). Se tratando especificamente das mulheres negras, em 2015, elas saíram de 3,3% para 12% com 12 ou mais anos de estudo. Porém, esse fato, mesmo que seja motivo de comemoração, é um dado que os homens brancos já apresentavam desde 1995. Já em relação aos dados de índice de chefia de família, pobreza e analfabetismo, mostra que as mulheres negras continuam em desvantagem social (Montenegro, 2019).

Em dados mais atuais sobre o aumento da escolaridade de mulheres negras, através dos números obtidos pelo Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), analisei os dados do Censo da Educação Superior de 2024, comparando a presença de docentes e discentes negras na educação superior entre 2010 e 2023. Para, dessa forma, entender como se deu às mudanças, maior inclusão e equidade racial no ensino superior brasileiro. Em 2010, ingressaram nas universidades como estudantes que se declararam negras, pardas e indígenas 10,63%, em 2023 saltou para 35,23%. Se tratando das concluintes, em 2010, a proporção de mulheres negras pardas e indígenas era de aproximadamente 8,54%. Já em 2023, o percentual aumenta para 38,50%. Em 2010, o percentual de docentes negras, pardas e indígenas nas universidades brasileiras era de 11,25%. Em 2023, essa porcentagem subiu para 20,46% (Censo da Educação Superior, 2024).

Houve um aumento notável na proporção de mulheres negras ingressantes, concluintes e docentes. Sendo um ponto importantíssimo para a reflexão dos dados e entender o impacto positivo das políticas públicas de cotas para o acesso às universidades. Esses dados mostram que o aumento não se restringe apenas no ingresso mas também na conclusão do curso, diminuindo o afunilamento e evasão. Em relação à discentes negras nos cursos de ciências exatas e tecnológicas no Brasil, as mulheres negras estão em minoria, já que os dados do censo da educação superior do Ministério da Educação (MEC, 2019) traz as informações de que, entre homens e mulheres, há apenas 21,6% de mulheres matriculadas nos cursos de engenharia e áreas semelhantes (Paixão, 2022).

Em relação à professores do ensino superior, Gonçalves (2018), levantou os dados de José Jorge de Carvalho, em Inclusão Étnica e Racial no Brasil (2005), mostrando que a presença de professores negros nas instituições de ensino superior é de 1%, destacando esse fato como um “apartheid racial acadêmico” ou “segregação racial acadêmica”, por se tratar de um país com uma população negra e parda muito grande. A autora também traz dados do Censo da Educação Superior de 2016, nele apresenta que dos 383.683 docentes de instituições particulares e públicas, apenas 1,34% se declaram negros. Em relação às mulheres negras docentes no Brasil, Silva (2010), através de dados do SINAES e INEP, destaca que, entre

63.234 professoras, apenas 251 eram negras, o que totaliza 0,4% de professoras negras nas universidades brasileiras. Os dados também mostram que a maioria atuava nas áreas de ciências humanas.

Sobre o Mato Grosso do Sul, o censo do IBGE de 2017, apresenta que entre os 3.354 professores de universidades públicas, 1.582 eram mulheres, mas não foi contabilizada a quantidade de mulheres negras, por se tratar de uma minoria. Esses dados, mesmo que sejam um avanço significativo para as mulheres, baseado no fato de serem mais da metade do total de docentes, também evidenciam o baixo número de mulheres negras sendo docentes nos cursos superiores, e as dificuldades maiores que têm em alcançar a carreira acadêmica (Lopes; Gonçalves, 2022).

O percentual de homens e mulheres brancos que possuem curso superior é 59% maior que o de pessoas pretas e pardas. Entre as 956 mil pessoas negras e pardas entrevistadas, 137 mil tinham curso superior. Entre as 729 mil pessoas brancas, 218 mil tinham o nível superior (IBGE, 2023). De acordo com o Censo Escolar (2023), pretos e pardos são a maioria dos concluintes do ensino médio em 22 estados do Brasil. Porém, em Mato Grosso do Sul – e em alguns outros estados do sudeste e sul – a porcentagem de concluintes pretos e pardos do ensino médio não passa de 50% (IBGE, 2023). Em relação a educação básica do Mato Grosso do Sul, a disparidade educacional entre grupos raciais é notável. Pessoas brancas registram, em média, 11 anos de estudo, enquanto pessoas pretas ou pardas têm uma média de 9,4 anos. Isso representa uma diferença de 1,7 anos a favor do grupo branco.

Trazendo essa análise e dados para o objeto de estudo, que é a UFMS, de acordo com dados da própria universidade, no ano de 2025, o campus da Cidade Universitária em Campo Grande, possui 978 docentes. Desse total, há 120 mulheres que se autodeclararam negras e pardas (sendo 21 professoras negras e 99 pardas) e 126 homens que se declaram da mesma forma (UFMS, 2025). Em relação aos estudantes negros, o ingresso de pessoas negras nas universidades tem sido garantida por meio da Lei de cotas. Nos anos 2000, algumas universidades como a UNEB, UERJ, UEMS e, em 2004, a UnB já haviam implementado cotas raciais, o que gerou a necessidade de criar uma legislação federal para levar a política de inclusão para todo Brasil. A Lei nº 12.711, promulgada em 29 de agosto de 2012, declarava a reserva de 50% das vagas em universidades públicas e institutos federais para estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência, de baixa renda e oriundos de escolas públicas. Portanto, mesmo as universidades apresentando políticas públicas e afirmativas para o ingresso e permanência de pessoas negras, as instituições permanecem a reproduzir ações de

exclusão, o que torna a marginalização de pessoas negras, principalmente mulheres negras, ainda mais intensa (Gonçalves, 2018).

A UFMS adotou cotas para ingresso na universidade em 2013. A partir de 2017, a universidade implementou a Banca de Avaliação de Veracidade da Auto Declaração para candidatos das vagas para pretos e pardos, então de 2013 a 2017 pode ter existido fraudes. De acordo com dados da universidade (UFMS, 2025), o número de cotistas aumentou consideravelmente desde 2013, passando de 2,8% para 32,81% em 2024. Esse crescimento pode ser atribuído ao esforço da instituição para aprimorar seu sistema e promover a inclusão, conforme apontado por Ferreira (2021).

### *3.3 Trajetórias de sucesso de mulheres negras brasileiras na academia*

Apesar de toda a exclusão, do apagamento histórico e do acesso tardio às universidades por conta do racismo e do sexismo, essas barreiras impostas e limitantes não inviabilizaram muitas mulheres negras. Longe de serem meras exceções, suas trajetórias são marcadas por inteligência e capacidade. E por conta disso, é preciso dar luz sobre elas que desafiaram essa estrutura e construíram carreiras acadêmicas de sucesso. As trajetórias tratadas aqui mostram os percursos acadêmicos de intelectuais negras que enriqueceram a produção de conhecimento no Brasil.

Lélia de Almeida Gonzalez nasceu em 1935, filha de um operário e de uma empregada doméstica. Quando era criança trabalhou como babá e também como empregada, enquanto estudava. E assim como a mesma afirma no ensaio “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego”, quando pessoas negras conseguem estudar além dos primeiros anos da escolas, percebem que a falácia de que “todos são iguais perante a lei”, pois mesmo sendo tão ou mais qualificadas que pessoas brancas, não são reconhecidas. E por conta disso, muitos deixam sua identidade para que sejam reconhecidos, ou como a autora afirma para “subir na vida”. Não foi o caso de Lélia, que mesmo com dificuldades se formou no ensino médio e no ensino superior mantendo sua luta e identidade. Se formou no curso de História e Geografia, em 1958, e em seguida, em 1962, se formou em Filosofia pela Universidade Estadual de Guanabara, que hoje é a UERJ (Literafro et al., 2023).

Lélia Gonzalez foi tradutora, professora, antropóloga, filósofa e militante nas causas feministas e antirracistas. Foi professora do ensino fundamental e médio e também seguiu a carreira acadêmica lecionando em instituições como UERJ e PUC-Rio. Ela é um exemplo de

trajetória de sucesso como professora e pesquisadora, transitando nas áreas de pesquisa da filosofia, ciências sociais, psicanálise, candomblé etc. Fundou movimentos negros e de mulheres nas lutas contra os preconceitos de gênero e raça (Pires, 2022). Foi responsável por uma das primeiras denúncias aos dados dos Censos do IBGE de 1960 e 1970, por ausência e exclusão de dados sobre cor e raça. Seu legado é de clareza, didática e rompimento do silêncio sobre o racismo, denunciando a exclusão de mulheres negras do feminismo e criando um feminismo afrolatinoamericano para a inclusão de pautas negras e indígenas (Eugênio et al., 2024).

Maria Beatriz Nascimento, nascida em 1942, em Aracaju (SE), foi a oitava de dez filhos. Ainda criança, sua família saiu do nordeste para o subúrbio do Rio de Janeiro, assim como era comum entre as famílias mais pobres da época. Com 28 anos, conseguiu ingressar no curso de História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo da sua formação passou a ser professora da rede estadual, e também fez parte da militância e pesquisa, participou de trabalhos e especializações. Em suas pesquisas e obras denunciou o racismo brasileiro e o mito da democracia racial, trazendo esses problemas como enraizados na história do Brasil (Literafro et al., 2023). Beatriz é referência para gerações posteriores de mulheres negras acadêmicas. Sua luta foi essencial para a formulação de políticas públicas de igualdade racial, como as ações afirmativas e cotas. (Souza et al., 2023).

Sueli Carneiro nasceu em 23 de junho de 1950, passou sua adolescência lendo livros. Por conta de sua dedicação aos estudos, quando adulta, passou em concurso público para trabalhar na Secretaria da Fazenda de São Paulo. Posteriormente, em 1972, ingressou no curso de filosofia, na Universidade de São Paulo (USP). Décadas depois, retornou à mesma universidade para concluir seu doutorado na Faculdade de Educação, com a tese “A construção do outro como não ser como fundamento do ser” (2005), publicada como livro em 2022 com o título “Dispositivo de racialidade”. Apesar de sua formação acadêmica, Sueli afirma que sua verdadeira formação veio do movimento negro, não da universidade. Sua produção intelectual e militância se entrelaçam, sendo referência no pensamento antirracista e feminista negro no Brasil (Casa Sueli Carneiro et al., 2025).

Nilma Lino Gomes nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1961, se formou em pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1988, onde também concluiu o mestrado em 1994. Em 1995, tornou-se professora da Faculdade de Educação da UFMG, lançando o livro *A mulher negra que vi de perto*, baseado em sua dissertação. E construiu uma trajetória marcada pelo pioneirismo, sendo a primeira mulher negra a comandar uma universidade pública federal no Brasil. Em 2013, foi nomeada reitora da Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará. É autora de diversas obras acadêmicas e de literatura infantojuvenil, sendo também uma figura política relevante nas pautas de igualdade racial e educação. Concluiu o doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Sua tese, transformada em livro, *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* (2006), tornou-se referência no campo dos estudos sobre identidade negra, linguagem corporal e resistência cultural. Nilma Lino Gomes é uma das principais intelectuais brasileiras nos campos da educação, relações raciais e formação docente. Sua produção aborda temas como diversidade étnico-racial, juventudes negras e movimentos sociais. Ela articula a produção de conhecimento com uma prática político-epistemológica voltada para a emancipação social da população negra (Educação Integral et al., 2023).

Esses exemplos de trajetórias de sucesso são de grande importância na história da educação das mulheres negras. Porém, muitas vezes elas têm suas histórias silenciadas pelo racismo e patriarcado levando ao silenciamento e esquecimento. Por conta disso, a memória social é essencial para não levar suas obras, feitos e história ao apagamento epistemológico. Da mesma forma, a metodologia usada neste trabalho busca, através da história oral, ouvir a voz dos que historicamente foram excluídos, sendo objeto de estudo as três professoras negras entrevistadas nessa pesquisa. Trazendo como fonte suas vidas, trajetórias, feitos, profissões e conquistas (Joutard, 1996).

#### **4. PROFESSORAS NEGRAS DA UFMS: UM ESTUDO DE CASO**

A autora Beatriz Nascimento trouxe o pensamento de que a história da população negra precisa ser enxergada como eles sendo os protagonistas de suas próprias histórias, esse pensamento por muito tempo não era aceito. As pessoas negras não tinham suas histórias reconhecidas, ao contrário disso, muitas tiveram suas trajetórias silenciadas e apagadas da memória coletiva. Porém, nos dias de hoje, se torna necessário cada vez mais a promoção de debates sobre essas trajetórias. Mais do que “dar voz”, é fundamental oferecer escuta a essas experiências, lutas e vivências, reconhecendo seus saberes e protagonismos históricos (Nascimento, 1974).

Além disso, Almeida e Alves (2011), afirmam que a visita ao passado normalmente não é de forma assertiva, mas sim uma reescrita ou uma nova forma de interpretação do que se foi vivido. Dessa forma, é possível contar memórias e experiências, onde estão presentes

resquícios do passado. Dito isso, este capítulo trata do resgate de reflexões, vivências, histórias e memórias de três mulheres que se identificam como negras, docentes na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Cidade Universitária de Campo Grande/MS.

A análise de dados revela que as três entrevistadas apresentaram algumas vivências distintas. Essa falta de homogeneidade é um resultado direto do recorte geracional, já que, embora compartilhem trajetórias de vida semelhantes, suas experiências foram moldadas por épocas diferentes. A professora Vivina, de 64 anos, revela que sua mãe estudou até a quarta série e sempre foi empregada doméstica: “[...] porque preto, pobre, o que que era? Empregada doméstica, sabe?”. A mãe da professora sempre quis que os filhos estudassem, pois acreditava que somente a educação lhes garantiria um bom futuro. Ela não desejava que as filhas seguissem a profissão de lavadeira e empregada doméstica, não por considerá-las indignas, mas por almejar a independência delas. O que sua mãe sonhava, de fato, se concretizou na vida da professora Vivina: “E eu sou exemplo vivo disso. Tudo que eu tenho, sabe, foi graças ao estudo. Então, o estudo realmente fez a diferença na minha vida.”

A professora Eugenia, de 61 anos, conta que sua mãe também estudou até o quarto ano, e o que ela sabia de ler e escrever ela alfabetizou ela e seus irmãos. Sua mãe era do lar, mas para ajudar na renda lavava roupa para outras famílias. Ela conta que sua mãe teve um passado de coragem, pois fugiu de casa onde a determinaram um casamento arranjado para que pudesse trabalhar e ser independente. Além da referência de força, ela conta que teve muito incentivo de sua mãe, para que ela seguisse o mesmo caminho da independência através dos estudos.

A professora Thaize, de 42 anos, conta que sua mãe veio de uma família pobre mas foi a primeira de seus familiares que conseguiu estudar. A professora conta que sua mãe concluiu o curso de pedagogia, mas trabalhou em diversas outras funções para ajudar o marido no sustento da família. Apesar das diferenças geracionais, as entrevistadas também compartilham pontos em comum. O fato de nenhuma de suas mães, mesmo a que fez ensino superior, ter trabalhado em áreas de poder ou de intelecto, reforça a análise que Aparecida Sueli Carneiro (2005) faz de uma das obras de bell hooks (2019, 1984), trazendo o sexismo e racismo ocidental como o motivo de existir um imaginário social que enxerga a mulher negra como um corpo para o trabalho físico, e não como um sujeito de saber.

Mas é possível concluir que as respostas de cada professora revelam uma clara diferença de vivências, um resultado direto do recorte geracional. As mães das duas professoras que nasceram nos anos de 1960, tiveram formação educacional limitada e

trabalharam como empregadas domésticas. Isso reflete a realidade de um período em que o acesso à educação para mulheres negras era extremamente restrito. Assim como afirma bell hooks (1948), a mulher negra é colocada sempre em um lugar menor, que está ali para servir, cuidar e acolher, mas nunca como intelectuais criativos. O fato dessas duas mães não terem um nível maior de estudo afirma que o sistema que as oprime as negou conhecimento intelectual. No entanto, o fato de as filhas alcançarem o ensino superior demonstra uma ascensão social e educacional significativa. Por outro lado, a trajetória da professora Thaize, cuja mãe tem curso superior, já aponta para uma transformação: ela teve uma base educacional mais sólida e não partiu do mesmo ponto que as outras. O resultado final, porém, foi o mesmo: todas chegaram ao nível superior e se tornaram docentes. Essa diferença não diminui as conquistas individuais, mas mostra uma trajetória que já é reflexo de um avanço geracional.

O incentivo familiar foi, de forma unânime, um fator determinante para a formação acadêmica e a permanência nos estudos das três entrevistadas. Tanto o pai quanto a mãe, além de outros membros da família, sonharam, investiram e buscaram meios para a realização dos estudos de suas filhas. Essas experiências familiares mostram que a influência e exemplos da mãe e os aconselhamentos do pai foram mais que essenciais para a não desistência e escolha dos estudos como meio de ascensão social. Em todas as famílias, apesar da pobreza, o esforço pela educação foi a grande prioridade. Os familiares se empenharam em ensinar a ler e escrever, lutaram para pagar mensalidades de escolas particulares, optaram por escolas militares de melhor qualidade do que as outras municipais e até mesmo ajudaram a custear a faculdade.

Esse apoio e esforço familiar para manter os estudos das filhas fica evidente nas palavras das entrevistadas. A professora Vivina, por exemplo, relata ter sido alfabetizada pelos pais antes de entrar na escola: “[...] Então nunca tive dificuldades, sabe? Porque a mamãe ensinava também. E quando eu fui pra escola, eu já era alfabetizada. E eu já sabia a tabuada, de cor e salteado, que o papai fazia questão, sabe? De ensinar a tabuada, e ela de ensinar a ler e escrever.” Ela conta ter tido o incentivo constante de seus pais. Seu pai, com a visão de que "casamento não é garantia de ninguém," sempre a encorajou a buscar sua independência por meio do emprego. Paralelamente, a mãe, que trabalhava lavando roupas para ajudar em casa e custear a escola particular que estudou no ensino primário.

Da mesma forma, a professora Eugenia descreve como a mãe, mesmo com pouca escolaridade, assumiu o papel de primeira educadora: “um pouco do que ela sabia ler e escrever, ela alfabetizava a gente. Então, na verdade, a gente foi para a escola, todos os filhos

foram alfabetizados dentro do pouco que ela sabia.” Além disso, ela expressa se sentir privilegiada, mas faz uma ressalva importante: “[...] eu não gosto de falar privilégio, porque na verdade, às vezes as pessoas falam que coisa que é direito, fala que é privilégio. Na verdade, todas as pessoas devem ter direito ao acesso à educação, à educação superior.” Ela conta que, ao contrário de suas irmãs e irmãos mais velhos que começaram a trabalhar cedo, as meninas como empregadas, ela, por ser a caçula, foi poupada dessa realidade. Com o apoio e a ajuda financeira de seus pais e irmãos, pôde se dedicar aos estudos no ensino médio e, posteriormente, na universidade, onde começou a trabalhar como professora.

O apoio familiar, no entanto, não se limitou ao aprendizado inicial. A professora Thaize reforça a importância da presença constante dos pais: “[...] eu sempre fui uma boa aluna, sempre fui bem dedicada, mas eu também venho de uma família que sempre me incentivou muito, né?”. Ela complementa, destacando a participação ativa dos pais em sua vida escolar: “[...] a gente sempre teve bastante incentivo. É, eu acho que isso é muito importante também, né? Os meus pais sempre participaram das reuniões de escola, eles sempre eram muito presentes na escola. É, então eu sempre tive um bom, um bom desempenho.” Seu pai, que iniciou o ensino superior mas não conseguiu continuar, projetou nos filhos o desejo de que eles estudassem. Para ela e sua família, o estudo e o curso superior eram a única opção de futuro. Com o custeio dos pais, ela pôde fazer vestibulares em outras cidades, um esforço que demonstra a prioridade da família na sua educação.

O incentivo e o apoio da família para os estudos das filhas pode ser um meio usado para o enfrentamento à exclusão por conta da cor da pele e do gênero. O foco nos estudos para as três entrevistadas — e de acordo com a professora Thaize a única opção de futuro para ela e sua família — mostra como o entendimento de ascensão social é visto como um projeto de vida e uma estratégia pensada para alcançar a autonomia e a independência e não algo que aconteceu por acaso.

Apesar do apoio familiar ser um pilar fundamental para a formação das entrevistadas, é crucial analisar os obstáculos e desafios que elas enfrentaram. Ao ser perguntado para as entrevistadas como era a visão da sociedade em relação à mulher negra no curso superior, seja como aluna na época de graduação, mestrado, doutorado ou já como docente. A professora Vivina conta que era muito escassa a presença de mulheres no ensino superior na época de sua formação.

A professora Eugenia relata ter enfrentado muito preconceito velado durante sua época de estudante no ensino superior, um problema que ela considera inegável na realidade brasileira: “[...] eu admiro quando a pessoa fala que a pessoa é negra e ela nunca sofreu

preconceito, eu fico assim: "Meu Deus, né, vive em qual país?". Não é no Brasil. Né?". Para lidar com essa realidade, a professora adotou uma postura estoica. Ela sabia que sua inteligência seria questionada, mas sua determinação e seu conhecimento, adquirido desde cedo no movimento negro, a prepararam para o que viria. Ela não se deixava abalar pela ofensa, pois tinha foco em seus objetivos. "Então, eu compreendia, entendia, percebia quando era velado e quando não era velado, eu sempre tive força e conhecimento para questionar.", afirma. No entanto, ela complementa, mostrando a ausência de amparo institucional: "Só que por muito tempo não tinha nem o que fazer, não tinha uma delegacia [...]".

Ela continua dizendo que o preconceito escancarado existe. Mas há um, que na sua opinião, é muito pior, que é o racismo velado e estrutural. Esse tipo de preconceito, muitas vezes, é passado despercebido. Ela afirma: "Então, esse é o pior racismo que tem, porque é um racismo que não oportuniza as pessoas negras a ocuparem os espaços de poder. Esse é o pior que tem. Porque ele é perverso, ele é, eh, desigual. Ele é o que é mantido pelo pacto da branquitude, porque a branquitude no Brasil é que está no poder. Ela pode tudo. Se tem algo que se tem privilégio neste país é ser branco, mesmo que a pessoa não compreenda isso, mas ser branco no Brasil é um privilégio. E existe esse pacto. Por que a gente chama de pacto da branquitude? É um livro da Cida Bento. É um poder, ele está na mão de homens, em sua maioria, brancos."

O livro citado pela professora Eugenia apresenta uma análise da branquitude. Nele, a autora Cida Bento argumenta que a branquitude se beneficia da história da escravidão para se manter em uma posição de privilégio, enquanto aos negros é reservado um lugar de subalternidade. Esse privilégio é sustentado por um silêncio que não é de vergonha do passado escravagista estar em sua história, mas de conveniência. Bento identifica esse silêncio como um verdadeiro pacto, um acordo não dito. Os brancos se mantêm calados sobre o passado escravista e colonialista que, até hoje, lhes garante acesso e poder, e não reconhecem o protagonismo de sua raça nesse passado. Para a autora, o silêncio serve para manter a vergonha no outro (o negro), reforçando a desqualificação das pessoas não brancas em todos os aspectos da sociedade. Essa análise mostra que esse passado escravocrata reflete até hoje. A branquitude é sempre vista como perfeita, boa, inteligente e capaz. Enquanto a negritude é vista como algo ruim e menor. Esse imaginário social impacta diretamente as entrevistas de emprego, os postos de poder e as promoções no trabalho. Como consequência, os brancos não questionam seu lugar, pois sabem que, por conta desse pacto, não precisam disputá-lo (Ribeiro, 2022).

Já a professora Thaize, relembra que em sua época como estudante existia a falta de representatividade tanto com professores quanto com outros alunos negros, pois em uma turma de 40 alunos ela era a única negra. Ela também traz como desafio em sua vida acadêmica alguns episódios de quando iniciou a sua vivência de docente na UFMS. Ela percebia a surpresa das pessoas ao vê-la como professora, levando a ideia de não pertencimento. Ela conta “uma ideia de que a gente não pertence nesse lugar, um certo susto das pessoas. Eu vejo por essas reações quando descobrem que eu sou a professora, né? Então acho que é uma coisa de ‘esse não é um lugar para mulheres negras’ por conta dessas reações, então às vezes, principalmente quando eu cheguei [como professora na universidade], às vezes eu falava ‘ah, eu sou professora’, ‘ah, é substituta?’, e eu ‘não, sou professora efetiva’, ‘ah, mas você é tão novinha’, é... não, eu não era tão novinha, né?”.

O fato de não enxergarem uma mulher negra sendo capaz de ocupar um papel importante ou de poder, incorpora o que Vedovato afirma: “A maior parte das universidades brasileiras não foram, tradicionalmente, criadas para incorporar a circulação e as ideias de mulheres e pessoas racializadas” (2024. p. 3). Essas ações, que partem majoritariamente de pessoas brancas, reforçam a percepção da professora Thaize de que uma pessoa negra não merece estar ou não pertence ao espaço que ocupa. Ações como “[...] negação, de dúvida, de não-acolhimento, que reiteram a ideia do não-pertencimento, ‘do fora de lugar’ que representa a presença negra na vida universitária, um convite à desistência e um estímulo ao fracasso acadêmico [...]” (Carneiro, 2005. p. 119).

A professora Vivina conta que percebe muito o racismo nos ambientes profissionais quando está a frente de cargos de chefia. Ela já assumiu vários postos de poder ao longo de sua carreira e conta que notava insegurança das pessoas, a maioria homens brancos, ao terem uma mulher negra no poder: “Então, às vezes eu percebia, sabe? Alguns homens que não querem receber ordens de mulheres. Até hoje, assim, sabe? Que acham que a mulher não é pra se destacar. E tem homens que não aceitam que você seja mais que ele mesmo, sabe? Mas principalmente quando você está em cargos de chefia em instituições públicas que as pessoas se sentem inseguras, né?”. É possível perceber na fala da professora Vivina que sua presença como mulher negra em um espaço de excelência incomoda. Essa reação reforça o que Sueli Carneiro (2005) chama de paradoxo: a vida de pessoas negras que alcançam posições de destaque confronta o estigma de que elas não pertencem a esses lugares. A própria existência delas é um ato de resistência, que afirma: “podemos pensar tão bem ou melhor do que vocês.” (Carneiro, 2005, p. 117).

A professora Eugenia conta que a maior dificuldade que enfrenta no meio profissional e acadêmico é a demanda com envolvimento em causas raciais que exigem dela além do seu trabalho: “Nós nos apegamos e defendemos as dores dos alunos que vêm até nós falar dos casos de racismo que sofrem dentro da universidade. Então, a gente acaba dedicando muito tempo à essas questões, que não tem como deixar de lado e não dedicar, e acaba que isso gera um prejuízo na nossa vida acadêmica. Então, o tempo que você vai fazer um evento, você vai atrás de recurso, você vai arrumar dinheiro, você vai trazer pessoas de fora para discutir racismo, preconceito. Ou quando você denuncia institucionalmente, ou quando você pede para que reitores, pró-reitores tomem providências em algumas questões, quando você fica brigando pela política afirmativa da instituição, você está perdendo tempo. E nesse ‘perder tempo’, a academia pede para você ser bolsista e ter produtividade.”.

Então, por conta disso, pessoas brancas, principalmente homens, conseguem produzir muito mais que uma pessoa negra que têm o mesmo cargo mas que tem diversas demandas para defender. Enquanto as pessoas negras estão lutando para que não haja retrocesso ou fraudes nas bancas. E ela termina afirmando “Então, esse racismo estrutural e o racismo institucional é o grande desafio de professoras e professores negros da universidade.” Como já citado anteriormente, o racismo institucional perpetua desvantagens e privilégios baseado no fator racial, sempre mantendo a hegemonia. Esse tipo de racismo se revela com o tratamento diferenciado gerando prejuízos para pessoas negras (Lopes; Gonçalves. 2022).

A professora Thaize, conta que em sua época de graduação não tinha tanta noção de questões de raça e cor como tem hoje. Mas sabia que sofria preconceito, porém, tentava focar em seu próprio estudo e crescimento pessoal. Ela sente que se cobrou muito por conta disso, pois sentia que precisava ser melhor que todos para provar para si mesma que era capaz. Ela conta “[...] é uma coisa também que prejudica muito a gente, desgasta muito, então acho que esse foi um desafio grande de me desdobrar, uma ideia, uma exigência muito alta em relação a mim mesma, uma ideia de que eu tem que estar tudo muito bom, então, né, um perfeccionismo assim que eu acho que eu fui adquirindo porque parece que eu precisava provar, não conscientemente, mas parece que eu precisava provar que eu merecia estar naquele lugar, então acho que sempre foi um desafio, de mostrar que eu, enfim, era uma pessoa inteligente, né, e ser reconhecida também como uma pessoa intelectual.” Esse pensamento é muito imposto pela sociedade em pessoas negras, principalmente mulheres negras.

Hoje em dia, profissionalmente, sente que o maior desafio são os currículos de viés imperialista e eurocêntrico das matérias que leciona. Ela conta “[...] a gente não consegue

trazer autores diferentes e quando você começa a trazer essa discussão as pessoas meio que olham assim, eu já ouvi há muito tempo, mas hoje acho que talvez menos, mas já ouvi quando falei ‘ah, vou estudar relações étnico-raciais’ e alguém falar, dentro da universidade, e alguém falar ‘ah, mas não vai ser cota, não, né?’. Então essa dificuldade muitas vezes de entender o que é, ter o olhar a partir da raça, da identidade racial, acho que são um desafio grande”.

O fato de uma mulher negra ocupar um cargo de docente em uma universidade federal demonstra, por si só, a superação de estereótipos e a quebra de representações hegemônicas. Essa ocupação reflete uma mudança nos espaços que antes eram majoritariamente brancos e, conseqüentemente, excludentes. Essa transformação não é apenas simbólica, mas se reflete nos currículos das matérias, nos materiais usados e nos discursos. A professora Thaize, portanto, não é apenas um símbolo; ela é uma agente de mudança que busca redefinir o espaço acadêmico. Sua busca por trazer novos autores, pensadores, representatividade e temas marginalizados para a sala de aula se torna uma ação concreta para tornar a academia um lugar menos excludente (Lopes; Gonçalves, 2022). Essa atuação das professoras em sala de aula vai além da quebra de paradigmas. Ela se configura como uma forma de resistência ativa, alinhada à educação libertadora de bell hooks (1994, 2013). De acordo com a autora, a educação é um instrumento de emancipação que deve incentivar a conscientização e a luta. Nesse sentido, ao aplicar esse conceito busca uma educação anti racista.

Apesar da ascensão e da transformação simbólica, as entrevistadas questionam se essa mudança tem ocorrido em larga escala. A professora Vivina acredita que houve mudança, mas não tão significativa. Ela usa de exemplo cursos que têm mais prestígio na sociedade como medicina e direito, nos quais a presença de professores negros ainda é muito rara. A professora Thaize conta que vê muito mais mulheres negras no meio acadêmico do que antes, mas que ainda é em uma proporção muito pequena. A professora Eugenia afirma que houve pouca mudança. Embora a lei de cotas tenha aberto portas, ainda há muitos desafios. Ela afirma que “a forma como as instituições lidam com as reservas de vagas nas universidades continua boicotando o acesso de professores e professoras negros e negras.”

Se tratando da lei de cotas para o ingresso de estudantes e de docentes, a professora Vivina afirma que é totalmente favorável às cotas raciais por se tratar de uma questão de equidade. Ela defende: “Você não pode ter apenas a igualdade, porque a igualdade eu coloco todo mundo ali na mesma linha. Mas elas têm situações diferentes. Agora, a partir do momento que eu promovo a equidade, não. Então, você vai concorrer com os iguais ao seu. Você não vai concorrer com o diferente. Aqui na igualdade concorre todo mundo igual. Quem teve melhores condições concorre com quem teve melhores condições. Quem não teve as

mesmas condições concorre com quem não teve as mesmas condições, sabe?”. Ela afirma que o ponto de partida não é o mesmo para todos então a chegada não é igual.

Para a professora Eugenia houve avanços com as cotas raciais para graduações, mas que falta muito avanço para a pós-graduação. Ela também afirma que é necessário uma fiscalização mais detalhada para averiguar a entrada de docentes. Ela questiona a quantidade de docentes negros que entraram nas universidades desde que a lei de cotas raciais entrou em vigor: “2024, foram 10 anos de lei de cotas para docentes. Quantos professores negros e negras entraram no Brasil? Nas universidades?”.

A professora Thaize afirma que as cotas raciais são essenciais em uma sociedade desigual como a do Brasil. Ela também dá ênfase para o quão essencial é a presença de outras minorias, além de estudantes negros, para a diversidade da universidade: “estudantes diversos, estudantes de outras realidades, estudantes negros, indígenas, pobres, é, LGBTQs, enfim, que vão também pautando, né, que não se veem representados na, no que a universidade muitas vezes traz nos currículos, e começam a questionar isso, começam a, né? Então, eu acho que é fundamental”. Além disso, ela afirma que teve muito preconceito durante décadas, a sociedade hegemônica branca dificultou por muitos anos o estudo dos negros e um tratamento de muita exclusão, então as cotas são uma dívida do Estado.

Ela também afirma a importância das cotas para o serviço público: “uma coisa é você ter oportunidade de fazer a graduação, mas a gente também precisa pensar no acesso dessas pessoas no mercado de trabalho, o quanto esse mercado continua sendo racista e no quanto as possibilidades de quem se forma, de negros, indígenas, de acessar o mercado, de acessar cargo, às vezes um cargo melhor, podem ser menores, podem ser mais difíceis, né? Então também pensar, tem a lei que foi aprovada para, para as cotas no serviço público, mas é fundamental que elas de fato sejam cumpridas, né? Da forma como tem que ser.”

Para além da análise dos desafios e do racismo, é fundamental destacar as experiências de conquistas e progresso das três professoras. O conceito de lugar de fala, como formulado por Djamila Ribeiro (2017), pode ser compreendido, também, como uma estratégia teórica que busca romper com o silenciamento histórico de grupos oprimidos. Ao dar centralidade a essas narrativas de felicidade e excelência, a pesquisa legitima as vozes e as vivências das mulheres negras como uma fonte de saber e conhecimento.

Dessa forma, as professoras exercem seu lugar de fala não apenas para denunciar o racismo, mas também para construir uma narrativa completa de suas jornadas, que inclui suas vitórias e realizações. A professora Vivina conta que, durante a infância, mesmo tendo um pouco de dificuldade na matéria de história, — pela forma que era ensinada essa matéria,

reduzindo apenas à datas — sempre foi uma aluna dedicada. A professora Eugenia conta que teve um pouco de dificuldade durante os anos iniciais em matemática, mas que tirando isso, sempre foi uma boa aluna e que gostava muito de estudar. A professora Thaize, também sempre gostou de estudar e mesmo preferindo mais matérias de humanas, nunca sentiu dificuldades.

Em relação às suas vivências e memórias durante a formação acadêmica, a professora Eugenia conta que teve várias memórias boas durante sua formação. Mas destaca que quando cursou a faculdade de direito pôde ressignificar sua experiência com a graduação. Ela diz que durante sua primeira faculdade, Letras, teve muitas dificuldades financeiras ao longo do curso. Na segunda graduação, Pedagogia, não teve muita experiência pois pode reaproveitar matérias e não viveu muito essa faculdade. Já em Direito, por já ser concursada e ter uma melhor condição de vida, ela pôde aproveitar a experiência com mais presença. Foi presidente da comissão de formatura, e por ser mais velha que os colegas de turma e ter a experiência de outras faculdades, ela se tornou uma referência de liderança para os jovens colegas, o que marcou bastante sua vida. Ela conta “[...] foi uma graduação de comemorações, de conhecimento, de ter acesso sem dificuldade a livros, ter feito a OAB, passei, eu sou advogada – não exerço por causa da universidade –, mas foi mais pleno por tudo que tivemos direito e acesso: ao estudo e depois à festa e formatura que tivemos, né?”.

A professora Vivina conta que uma experiência que relembra com carinho são os professores que marcaram sua jornada acadêmica. Ela já tinha cursado Estudos Sociais e estava em sua segunda graduação, em História, onde encontrou os mesmos professores e os mesmos discursos e metodologias enfadonhos. No entanto, a chegada de novos professores "deu vida" ao curso. Ela explica: “Então, eu acho que os professores fazem muita diferença na vida dos alunos também. Quando você tem professores que te motivam, professores que te incentivam, quando você pega professores que já estão ali só esperando a aposentadoria ou então só contentes com o salário que recebe, isso também marca muito. Então, acho que essa trajetória de ter professores desestimulados, mas também de ter professores que me estimulavam.”

A professora Thaize conta que, no momento, está ressignificando suas vivências da graduação, pois na época não tinha a consciência racial que tem hoje. Mesmo assim, ela considera que foi um momento importante e que o que a marcou bastante foi a realização de suas conquistas: passar e estudar numa universidade pública, o que ela e seus pais sempre almejaram. Ela conta: “E as coisas que eu consegui fazer, né? Eh, apesar de não ter sido fácil, mas conseguir estudar, e, e ter acessado algumas coisas também por conta disso. E ter

conseguido viajar para ir em eventos, principalmente a partir do mestrado, porque eu tinha bolsa. Ter conseguido morar fora, eu morei seis meses nos Estados Unidos, por conta da bolsa, durante o doutorado.” Ela conclui que essas foram as experiências importantes de sua formação acadêmica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo principal de conhecer as trajetórias de docentes negras na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mas também entender os desafios enfrentados historicamente por elas na sociedade. São perceptíveis as mudanças ao longo do tempo, porém há um caminho muito longo a ser percorrido para que mulheres negras possam verdadeiramente ocupar espaços de poder e também de intelecto. Como afirma Carneiro (2019), o imaginário da sociedade acerca das mulheres negras ainda é de muito preconceito e exclusão, causando a pequena participação delas em cargos de poder e também criando dificuldades extras para as que conseguem chegar nesses espaços.

Ao longo dos capítulos busquei contextualizar a jornada educacional de mulheres negras ao longo dos séculos, no Brasil. Dessa forma, foi possível compreender que sua presença na educação superior, hoje, é um resultado de uma árdua luta contra as opressões de raça, classe e gênero. Através dessa exclusão foi possível entender porque o acesso à educação para esse grupo é limitado desde o período colonial, começando a melhorar a partir do século XX. Essa exclusão é um dos principais motivos para o contexto histórico que marginaliza as mulheres negras por tanto tempo. Deixando heranças na educação, como a pouca representatividade feminina negra no ensino superior. Após essa análise, foi possível perceber que mesmo no século XX, após os anos 1990 — com o crescimento de movimentos sociais, feministas e de cor, e as políticas afirmativas —, o sexismo e o racismo ainda mantêm barreiras ao ingresso e permanência de mulheres negras nos cursos superiores.

Ao entrevistar as docentes negras da UFMS, foi possível perceber um ponto que apareceu repetidamente em relação à educação como um caminho, projeto familiar e estratégia de vida para enfrentar o racismo. O foco para entrar no curso superior, que era visto como única opção de ascensão, mostra uma estratégia para enfrentar a exclusão e o rompimento do ciclo de subalternidade. E apesar do grande incentivo e apoio familiar, as professoras enfrentam um contexto acadêmico e profissional excludente que ilustram o paradoxo da excelência negra. Pois ao alcançarem esses espaços, elas contradizem o estigma

de que não são capazes de ocupá-los, e a sua própria existência se torna um ato de resistência (Carneiro, 2005).

Nisso, fica evidente que as professoras são agentes de mudança que transformam ativamente os espaços que ocupam. Seja como a professora Thaize que tenta trazer novos autores para os currículos de suas aulas, para fugir dos mesmos discursos imperialistas ocidentais. Ou como a professora Eugenia que está sempre se envolvendo em pautas de políticas afirmativas e eventos, como o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros). Sendo muitos desses envolvimento para a defesa de alunos que sofrem racismo dentro da universidade. Ou como a professora Vivina, que relata como seus professores de sua formação fizeram a diferença em sua vida, a inspirando e motivando, fazendo com que a mesma, hoje, seja esse vetor de mudança na vida de seus alunos. Portanto, assim como afirma bell hooks (1994, 2013), a educação é libertadora se aplicada de forma a instigar a emancipação do indivíduo. As entrevistadas produzem a educação anti-racista e emancipadora em sala de aula, em seus ofícios e nos lugares de poder que ocupam. Isso as tornam agentes de conscientização que estão agindo com resistência.

## REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. 39. ed. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, p. 517-534, 2008.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. 22. ed. Tubarão: Poésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, p. 350-367, 2018. 12 v. Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). A história da educação dos negros no Brasil. Niterói: EdUFF, 2016. 442 p.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. Educar em Revista, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 153–165, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de; ALVES, Claudia Maria Costa. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas... Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 41, n. 27, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4003>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX, Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 93–104, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3495>. Acesso em 4 dez. 2024.

ROMÃO, Jeruse. Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo No Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 9 - 119, 2003.

TERRA: 50 anos do Conselho Nacional de Mulheres Negras e a luta pelos direitos das domésticas: a regulamentação do ofício das empregadas domésticas tem grande contribuição da luta de feministas negras, como a mineira Laudelina de Campos Melo. Caroline Nunes. , 18 maio de 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelo-s-direitos-das-domesticas.cead039ce0c07221564816d4a8d2b3937in0hq42.html>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GONÇALVES, R., & Lira, P. L. Maria de Lourdes Vale Nascimento e o racismo na aurora do Serviço Social. 2. ed. Vitória: Argumentum, p. 128-141, 2024. 16 v.

ALVES, Greice de Quadros. "O que os livros escondem, as palavras ditas libertam": narrativas de memória sobre a presença de mulheres negras na Faculdade de

Educação/UFRGS (1970-1990). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia Licenciatura, 2º semestre 2020.

FONSECA, Marcus Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. Ouro Preto: Revista Brasileira de História da Educação, v. 7, n. 13, p. 11-50, 2012.

GALENO, Henriqueta. Maria Quitéria de Jesus, heroína brasileira. Revista da Academia Cearense de Letras, 1954.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). Revista Ibero Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023100, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.18047. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18047>. Acesso em: 05 maio. 2025.

GOMES, Nilma Lino et al. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. Campinas: Educ. Soc., 2021. 42 v.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. 2. ed. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Ed. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013.

HOOKS, bell. *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. New York: Routledge, 1994.

GOMES, Nilma Lino. Professoras negras: identidade e memória. Educação em Revista, [S. l.], v. 9, n. 18-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/45073>. Acesso em: 05 maio 2025.

LOPES, Beatriz Gouvea; GONÇALVES, Josiane Peres. Oh, aqui também a gente está chegando!” Professoras negras e representatividade racial na universidade. Educação, Ciência e Cultura, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-19, 10 fev. 2022. Centro Universitario La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8614>.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior - São Paulo: Attar, 2005. 2ª edição: 2006. 212 pg

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. Perspectiva, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 19-36, 3 jun. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2010v28n1p19>.

PAIXÃO, Bruna Santos da. A representatividade feminina nas universidades públicas da região Nordeste: uma análise do acesso e permanência de mulheres negras nos cursos de engenharia. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 26., 2022, Universidade Estadual de Feira de Santana.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza; COSTA, Albertina Gordo de Oliveira. Mulher negra; Política Governamental e a mulher. São Paulo, Brasil: NOBEL; Conselho estadual da condição feminina, 1985.

CARNEIRO, Sueli. BRUSCHINI, Maria Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002.

MONTENEGRO, Antônia Maria da Rocha. Resenha de: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Cadernos da Escola do Legislativo, Minas Gerais, jan./jun. 2019.

LITERAFRO, et al. Lélia Gonzalez. jul. 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PIRES, Eloiza Gurgel. O LEGADO DE LÉLIA GONZALEZ. Educação & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 43, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.262088>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/K6hJsSgDBDcsPVY76XN7B9N/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ANCESTRALIDADES. Amauri Eugênio Jr. O legado intelectual e político de Lélia Gonzalez para o Brasil. jul. 2024. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/noticias/O-legado-intelectual-e-politico-de-Lelia-Gonzalez-para-o-Brasil>. Acesso em 21 jul. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. Revista de Cultura Vozes. 68(1), Petrópolis, 1974, p. 41-45. (a).

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. Geledés, 1976. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento – Nossa Democracia Racial. Tradução, 2023. Disponível em: <https://traduagindo.com/2023/03/04/beatriz-nascimento-nossa-democracia-racial/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Alguns apontamento sobre história oral, gênero e história das mulheres. Dourados-MS: UFGD, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Pittsburgh, 1979. p. 1-17.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION ANNUAL CONFERENCE. Pittsburgh, 1979. p. 1 - 4.

GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In: Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Center for AfroAmerican Studies. Los Angeles: UCLA, 10-12 de maio de 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2024: Painel de Indicadores. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FERREIRA, Jessica Oliveira. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O PROCESSO DE IDENTIDADE DOS ALUNOS COTISTAS. 2021. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia (Campus de Três Lagoas), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4086>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O ESTADO ONLINE. Analfabetismo cai em MS, mas continua mais alto entre idosos e negros e pardos. O Estado Online, Campo Grande, 17 maio 2024 Disponível em: <https://oestadoonline.com.br/destaque/analfabetismo-cai-em-ms-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-e-negros-e-pardos/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. UFMS em números. Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://numeros.ufms.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VEDOVATO, Victória. Interseccionalidade e Vivências Acadêmicas: Reflexões sobre a experiência de mulheres negras na USP. SciELO Preprints, 2024. DOI: [10.1590/SciELOPreprints.9728](https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9728). Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9728>. Acesso em: 13 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

RIBEIRO, Samuel Dias. Cida Bento diz o que se cala: resenha do livro "O Pacto da Branquitude". *Diversitas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-4, jan./jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.